



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 107.136/17  
eDoc. n. 326.351/19

CONTRATO N. 2018/045.1

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO CELEBRADO ENTRE A  
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A  
VIXTEAM CONSULTORIA E  
SISTEMAS S.A., PARA PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS DE SUPORTE  
TÉCNICO, MANUTENÇÃO,  
GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E  
ATUALIZAÇÃO DA FERRAMENTA  
TEMAUDIT RISK & COMPLIANCE.

Ao(s) *vinte e um* dia(s) do mês de *janeiro* de  
dois mil e vinte, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três  
Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui  
por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu  
Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA,  
brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a VIXTEAM  
CONSULTORIA E SISTEMAS S.A., situada na Av. Jerônimo Monteiro, n.  
100, 3º andar, Centro - Vitória/ES, inscrita no CNPJ sob o n.  
02.960.701/0001-06, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste  
ato representada por seu Sócio-Diretor, o senhor MARCELLO MARTINS  
ALVES DE SIQUEIRA, residente e domiciliado em Vitória - ES, perante as  
testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Aditivo,  
em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas  
na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante  
denominada simplesmente LEI, em especial no artigo 25, caput, no  
Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados,  
aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01,  
doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, em especial no  
artigo 21, caput, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente aditivo decorre do seguinte:

- a) prorrogação da vigência contratual pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 14/03/20, com amparo no artigo 57, inciso II, da LEI, correspondente ao artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO; e
- b) fica resguardada, quando da solicitação tempestiva da CONTRATADA, a concessão do reajuste contratual com base no IGP-M acumulado entre os meses de março/19 a fevereiro/20.



O presente Aditivo, com sua numeração alterada para 2018/045.1, passa a vigorar com a redação modificada nas seguintes cláusulas:

“.....

**CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O preço total do presente Contrato é de R\$154.450,08 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais e oito centavos), considerando-se os valores unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – O pagamento dos serviços aceitos definitivamente pela CONTRATANTE será efetuado em parcelas mensais iguais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo segundo – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo órgão fiscalizador.

Parágrafo terceiro – As duas vias da nota fiscal/fatura deverão vir acompanhada Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo quarto – O pagamento será efetuado com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite definitivo do serviço e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo quinto – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), calculados diariamente em regime de juros simples, conforme a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano).

Parágrafo sexto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31, da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n.

*Final*  
*duvidy*





11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64, da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sétimo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, deverá a comprovação ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo oitavo – Caso esteja enquadrada nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 2012, dispensada da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administrativas pela Receita Federal do Brasil, a CONTRATADA deverá apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto das Nota de Empenho n. 2020NE000474, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0553.4061.5664 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política (Administração Legislativa)
- Natureza da Despesa:
  - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
  - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
  - 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
  - 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
  - Pessoa Jurídica

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 14/03/20 a 13/03/22, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do artigo 57 da LEI, correspondente ao inciso II do artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

Parágrafo segundo – O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido, sem ônus à CONTRATANTE, após um período mínimo de 12 (doze) meses de vigência deste instrumento, desde que a CONTRATADA seja comunicada com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

.....”



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 4 (quatro) páginas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 21 de Janeiro de 2020.

Pela CONTRATANTE:

Sérgio Sampaio C. de Almeida  
Diretor-Geral  
CPF n. 358.677.601-20

Pela CONTRATADA:

Marcello Martins A. de Siqueira  
Sócio-Diretor  
CPF n. 005.325.077-03

Testemunhas: 1) Giulio Henrici Botelho CPF: 876.088.637-49  
2) A - 1 - 8008